



COLEÇÃO  
ESTUDOS  
CARIOCAS

## Desenvolvimento Econômico do Rio: 2021-2028

### *Economic Development of Rio: 2021-2028*

### *Desarrollo Económico de Río: 2021-2028*

Osmar Carneiro Guimarães de Lima<sup>1</sup>, Marcel Grillo Balassiano<sup>2</sup>, Carina de Castro Quirino<sup>3</sup> e Márcio Menezes Lopes<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, Rua Sacadura Cabral, 133, Saúde, Rio de Janeiro, RJ, ORCID: 0009-0006-1472-1652, osmarlima@ccpar.com.br

<sup>2</sup> Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, Rua Sacadura Cabral, 133, Saúde, Rio de Janeiro, RJ, ORCID: 0009-0001-3716-3036, marcel.balassiano@fgv.br

<sup>3</sup> Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, Rua Sacadura Cabral, 133, Saúde, Rio de Janeiro, RJ, ORCID: 0000-0002-9916-4077, carina.quirino@prefeitura.rio

<sup>4</sup> Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, Rua Sacadura Cabral, 133, Saúde, Rio de Janeiro, RJ, ORCID: 0009-0008-2369-4718, marcio.lopes@prefeitura.rio

### Resumo

O desenvolvimento econômico do Rio, entre 2021 e 2028, deve ser analisado à luz de um contexto de grandes desafios e transformações. Após um período marcado pelos efeitos econômicos e sociais da pandemia, a cidade iniciou, em 2021, um processo de retomada que combinou políticas públicas de geração de emprego e fortalecimento de setores estratégicos, como inovação, economia verde, setor financeiro, turismo e economia criativa. O artigo tem como objetivo examinar os eixos e fundamentos que sustentam o desenvolvimento econômico carioca, considerando a recuperação já observada (2021-2024) e as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico 2025-2028.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; economia regional; desenvolvimento econômico.

### Abstract

The economic development of the city of Rio, between 2021 and 2028, must be analyzed in light of a context of great challenges and transformations. After a period marked by the economic and social effects of the pandemic, in 2021 the city began a recovery process that combined public policies to generate employment and strengthen strategic sectors, such as innovation, green economy, financial sector, tourism and creative economy. The article aims to examine the axes and foundations that support Rio's economic development, considering the recovery already observed (2021-2024) and the guidelines established in the Strategic Plan 2025-2028.

Keywords: Rio de Janeiro; regional economy; economic development.

### Resumen

El desarrollo económico de Río, entre 2021 y 2028, debe analizarse a la luz de un contexto de grandes desafíos y transformaciones. Tras un período marcado por los efectos económicos y sociales de la pandemia, la ciudad inició, en 2021, un proceso de recuperación que combinó políticas públicas de estímulo a la generación de empleo y el fortalecimiento de sectores estratégicos, como la innovación, la economía verde, el sector financiero, el turismo y la economía creativa. El artículo tiene como objetivo examinar los ejes y fundamentos que sustentan el desarrollo económico carioca, considerando la recuperación ya observada (2021-2024) y las directrices establecidas en el Plan Estratégico 2025-2028.

Palabras clave: Río de Janeiro; economía regional; desarrollo económico.

Volume  
14

Edição  
1

\*Autor(a) correspondente  
osmarlima@ccpar.com.br

Submetido em 02 fev 2026

Aceito em 01 abr 2026

Publicado em 26 maio 2026

Como Citar?

LIMA, O. C. G. et al.

Desenvolvimento Econômico  
do Rio: 2021-2028. **Coleção  
Estudos Cariocas**, v. 14, n.  
1, 2026.

DOI: 10.71256/19847203.14.1.214.2026

O artigo foi originalmente  
submetido em  
**PORTUGUÊS**.

As traduções para  
outros idiomas foram  
revisadas e validadas  
pelos autores e pela  
equipe editorial. No  
entanto, para a  
representação mais  
precisa do tema abordado,  
recomenda-se que os  
leitores consultem o artigo  
em seu idioma original.



## **1 Introdução**

O desenvolvimento econômico do município do Rio de Janeiro, entre 2021 e 2028, deve ser analisado à luz de um contexto de grandes desafios e transformações, marcado tanto por condicionantes macroeconômicos nacionais quanto por escolhas institucionais no âmbito local. Após um período fortemente impactado pelos efeitos econômicos e sociais da pandemia de Covid-19, a cidade iniciou, em 2021, um processo de retomada que combinou políticas públicas de estímulo à atividade produtiva, geração de emprego e fortalecimento de setores estratégicos, como inovação, economia verde, setor financeiro, turismo e economia criativa.

O presente estudo tem como objetivo examinar os eixos e fundamentos que sustentam o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro nesse período, considerando a recuperação observada entre 2021 e 2024 e as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico 2025–2028.

A análise parte do entendimento de que políticas municipais de desenvolvimento econômico não operam de forma isolada nem possuem capacidade plena de determinar trajetórias de crescimento. Seus efeitos se dão, em grande medida, pela capacidade de organizar, potencializar ou antecipar tendências mais amplas, reduzindo custos institucionais, coordenando agentes econômicos e criando condições favoráveis à atração de investimentos, à formalização do trabalho e à diversificação produtiva. Nesse sentido, o artigo não busca estabelecer relações causais estritas entre políticas públicas específicas e indicadores econômicos, mas sim identificar padrões, estratégias e escolhas institucionais que ajudem a compreender a trajetória recente da economia carioca em comparação com o contexto nacional.

Com base em evidências recentes sobre a economia carioca, o estudo discute como a cidade vem buscando fortalecer sua estrutura institucional e produtiva, reconhecendo os limites impostos pelo pacto federativo e pelo ciclo econômico nacional, mas também explorando as margens de ação próprias da esfera municipal. O caso do Rio de Janeiro é particularmente relevante porque reflete, em escala local, dilemas típicos de grandes metrópoles latino-americanas: conciliar crescimento econômico com redução das desigualdades, estimular a formalização do trabalho, ampliar oportunidades para grupos vulneráveis e promover a diversificação da base produtiva em um contexto urbano complexo e socialmente heterogêneo.

Assim, este trabalho pretende contribuir para a compreensão das políticas e estratégias que vêm transformando a economia carioca no período recente, destacando tanto seus condicionantes estruturais quanto suas especificidades institucionais, além de fornecer perspectivas para o próximo ciclo de planejamento municipal (2025–2028).

## **2 Revisão da Literatura**

A presente revisão da literatura não tem como objetivo esgotar os debates teóricos sobre desenvolvimento econômico, mas organizar um conjunto de contribuições que auxiliam na interpretação de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento em escala local. As dimensões abordadas — crescimento inclusivo, mercado de trabalho, pequenas e médias empresas e planejamento urbano — são tratadas de forma complementar, na medida em que representam distintos canais por meio dos quais governos municipais podem influenciar trajetórias econômicas, dentro dos limites impostos pelo contexto macroeconômico e institucional mais amplo.

### **2.1 Crescimento Inclusivo**

Entende-se por crescimento inclusivo o processo pelo qual uma economia se desenvolve de forma a difundir amplamente os benefícios de seu crescimento,

gerando empregos produtivos para a força de trabalho como um todo, oferecendo oportunidades mais equitativas no acesso a mercados e recursos e protegendo os grupos mais vulneráveis. O crescimento econômico é a base para a inclusão; contudo, enquanto algum grau de desigualdade de resultados é inerente às economias de mercado, níveis elevados e persistentes de desigualdade de oportunidades podem comprometer a sustentabilidade do crescimento no longo prazo.

Embora a relação entre desigualdade e crescimento apresente forte componente idiossincrático, dependente das estruturas sociais e institucionais de cada país, a evidência empírica sugere que altos níveis de desigualdade tendem, em média, a estar negativamente associados ao crescimento sustentável. Nesse contexto, o Fundo Monetário Internacional, no âmbito de sua agenda sobre crescimento inclusivo, sistematizou evidências empíricas e recomendações de política no estudo “*Inclusive Growth*” (IMF, 2017), amplamente difundido em relatórios técnicos e no *World Economic Outlook*. O trabalho parte do diagnóstico de que o crescimento econômico sustentado tende a ser mais robusto quando acompanhado por uma redução das desigualdades, rejeitando a ideia de um *trade-off* inevitável entre eficiência e equidade. O estudo identifica um conjunto de políticas capazes de combinar ganhos de produtividade com inclusão social, destacando investimentos em capital humano, fortalecimento do mercado de trabalho, ampliação do acesso ao crédito, políticas fiscais progressivas e mecanismos de proteção social bem focalizados. No plano subnacional, o relatório ressalta ainda a importância de políticas ativas de desenvolvimento econômico local, capazes de articular dinamismo produtivo, geração de empregos e inclusão, especialmente em grandes centros urbanos marcados por elevada heterogeneidade socioeconômica.

No contexto brasileiro, a literatura também tem produzido análises que relacionam políticas de inclusão com dinamismo econômico e desigualdade. Um exemplo recente é o estudo de Fonseca e Matray (2022), que investiga os efeitos de políticas de inclusão financeira em cidades brasileiras com baixa presença bancária. Os autores mostram que a expansão do acesso a serviços financeiros incrementou tanto depósitos quanto crédito, estimulando empreendedorismo, emprego e crescimento salarial nos municípios analisados — embora os ganhos possam a tendência a se concentrar entre trabalhadores mais qualificados, refletindo desafios persistentes de desigualdade. Essa evidência indica que, no Brasil, políticas que facilitam o acesso ao crédito e à inclusão financeira podem contribuir ao crescimento econômico urbano, mas a distribuição dos benefícios depende de fatores como capital humano e estrutura produtiva local, ressaltando a complexidade de combinações entre crescimento e inclusão.

A literatura de economia urbana destaca que processos de recuperação econômica em grandes cidades tendem a ser fortemente condicionados por políticas públicas locais capazes de articular investimentos, coordenação institucional e estímulos à atividade produtiva. Desde os trabalhos clássicos de Jacobs (1969), o crescimento urbano é compreendido como resultado da diversificação econômica, da densidade de interações produtivas e da capacidade das cidades de gerar novos usos econômicos a partir de estruturas existentes. Mais recentemente, autores como Glaeser (2011) enfatizam que cidades que conseguem alinhar políticas de desenvolvimento econômico com investimentos em infraestrutura, capital humano e ambiente de negócios apresentam maior resiliência a choques adversos e trajetórias mais sustentáveis de crescimento.

## **2.2 Desenvolvimento Econômico**

O conceito de desenvolvimento econômico tem sido objeto de intenso debate ao longo do século XX, especialmente no contexto de economias periféricas. Para além de definições mais gerais, como aquelas associadas à melhoria das condições econômicas e sociais, diferentes correntes teóricas buscaram compreender os mecanismos estruturais que explicam trajetórias distintas de

desenvolvimento.

Schumpeter (1984, 1985) destacou o papel das inovações e do empreendedorismo como motores centrais do desenvolvimento econômico, ao introduzir o conceito de destruição criativa. Em contraste com essa abordagem mais centrada na dinâmica empresarial, autores vinculados ao estruturalismo latino-americano, como Celso Furtado, enfatizaram a heterogeneidade estrutural e as restrições impostas à industrialização tardia em economias periféricas, marcadas por assimetrias produtivas e tecnológicas persistentes. Essa perspectiva foi aprofundada por autores brasileiros como Maria da Conceição Tavares e Ignácio Rangel, que ressaltaram a centralidade do investimento, da infraestrutura e da ação do Estado na superação de bloqueios estruturais ao crescimento. Complementarmente, a teoria da dependência, associada a Fernando Henrique Cardoso, chamou atenção para os limites impostos pela inserção subordinada dessas economias no sistema internacional. Em diálogo crítico com essa tradição, autores como Bresser-Pereira argumentam que estratégias de desenvolvimento — inclusive em nível subnacional — podem mitigar tais restrições por meio de políticas macroeconômicas e institucionais voltadas à competitividade produtiva, sugerindo que o desenvolvimento resulta da interação entre condicionantes estruturais e escolhas de política econômica.

Mais recentemente, a literatura institucional, representada por autores como North (1991) e Acemoglu e Robinson (2012), enfatizou o papel das instituições na definição dos incentivos ao investimento, à inovação e à acumulação de capital humano. Segundo essa abordagem, instituições inclusivas — caracterizadas por regras claras, previsíveis e amplamente acessíveis — são fundamentais para o crescimento sustentável no longo prazo. Embora esses trabalhos tenham como foco principal a escala nacional, suas implicações são relevantes para o nível local, na medida em que políticas municipais podem contribuir para a melhoria do ambiente institucional, reduzindo custos de transação, incentivando o empreendedorismo e promovendo a coordenação entre agentes econômicos.

### **2.3 Mercado de Trabalho**

O mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se por elevada informalidade, fenômeno que, embora atenua o desemprego em períodos de crise, expõe os trabalhadores a maior vulnerabilidade e limita a acumulação de capital humano. A literatura sobre reestruturação produtiva e precarização do trabalho, desenvolvida a partir do final do século XX, destaca como os processos de terceirização e flexibilização das relações laborais afetaram tanto o emprego formal quanto o informal, inclusive em economias urbanas complexas (Antunes, 2011).

Estudos empíricos indicam que a qualidade institucional é um fator-chave na redução da informalidade. Dabla-Norris, Gradstein e Inchauste (2008) e Chong e Gradstein (2007) mostram que sistemas legais mais robustos reduzem os incentivos à informalidade, mesmo em contextos de elevada carga regulatória. Além disso, a qualificação da força de trabalho emerge como determinante central da formalização, conforme evidenciado por Dabla-Norris *et al.* (2020) e La Porta e Shleifer (2014). Esses resultados sugerem que políticas de simplificação regulatória devem ser complementadas por programas locais de capacitação profissional, especialmente em ambientes urbanos marcados por grande concentração de micro e pequenos empreendedores.

A literatura também aponta para a importância da inclusão feminina e juvenil no mercado de trabalho, com efeitos positivos sobre crescimento, redução da pobreza e indicadores sociais. Nesse sentido, políticas locais voltadas à ampliação do acesso a creches, qualificação profissional e inserção produtiva de jovens desempenham papel relevante na promoção de um mercado de trabalho mais inclusivo.

A literatura crítica sobre o mercado de trabalho destaca que as transformações observadas desde o final do século XX estão associadas a um processo mais amplo de reestruturação produtiva, marcado pela fragmentação das cadeias produtivas, pela terceirização e pela flexibilização das relações de trabalho. Autores como Hardt e Negri (2001) interpretam essas mudanças como parte da transição para um regime de acumulação no qual o trabalho se torna mais difuso e precarizado, mesmo no interior do mercado formal. Em perspectiva complementar, Dardot e Laval (2016) analisam a difusão da racionalidade neoliberal como um processo que redefine as relações de trabalho ao promover a individualização do risco e a erosão de mecanismos coletivos de proteção. No caso brasileiro, Antunes (2018) mostra que a expansão do emprego formal nas últimas décadas coexistiu com formas heterogêneas de precarização, como a rotatividade elevada, a terceirização e a própria informalidade dentro da formalidade, sugerindo que a análise do mercado de trabalho deve considerar não apenas o volume de postos gerados, mas também sua qualidade e estabilidade.

## 2.4 Pequenas e Médias Empresas

As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) desempenham papel central na geração de empregos e na dinâmica econômica de países em desenvolvimento. Estudos como os de Ayyagari, Demirgüç-Kunt e Maksimovic mostram que essas empresas respondem por parcela significativa do emprego formal e contribuem para a redução da pobreza, apesar de enfrentarem limitações estruturais, como menor acesso a economias de escala e a financiamento.

A literatura internacional e nacional reconhece que o acesso restrito ao crédito constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. O Banco Mundial sistematiza esse diagnóstico no relatório *SME Finance: Improving Access to Finance for Small and Medium Enterprises* (World Bank, 2018), que, com base em evidências de diversos países, aponta que assimetrias de informação, custos de transação elevados e fragilidades institucionais limitam a oferta de crédito às PMEs, especialmente em economias emergentes. Resultados semelhantes emergem das *Enterprise Surveys* do Banco Mundial, nas quais o acesso a financiamento figura recorrentemente entre os principais entraves ao crescimento das firmas de menor porte. Nesse contexto, o relatório destaca que políticas públicas voltadas ao micro e pequeno empreendedor — como garantias de crédito, programas de microfinanças e instrumentos de apoio institucional — podem mitigar essas restrições, sobretudo quando implementadas em escala local e articuladas com o conhecimento das especificidades territoriais. No entanto, seus efeitos dependem fortemente da capacidade de focalização, alcance e coordenação institucional dos programas.

A literatura sobre desenvolvimento econômico territorial destaca o papel estratégico das PMEs na geração de emprego, na dinamização produtiva e na resiliência econômica local. Um dos referenciais clássicos dessa abordagem é a experiência da chamada “Terceira Itália”, analisada por autores como Becattini (1990) e Piore e Sabel (1984), que evidenciam como aglomerações de firmas de menor porte, organizadas em distritos industriais, podem alcançar elevados níveis de produtividade e competitividade por meio de especialização flexível, cooperação interfirmas e forte enraizamento territorial. Essa tradição teórica enfatiza que o desempenho das PMEs não depende apenas de ganhos de escala, mas da articulação entre instituições locais, mercados de trabalho especializados e políticas públicas de apoio. Em contextos urbanos e economias emergentes, essa perspectiva tem sido mobilizada para analisar estratégias de desenvolvimento baseadas no fortalecimento do tecido produtivo local, especialmente em setores intensivos em trabalho e com forte capacidade de absorção de mão de obra.

## **2.5 Planejamento Urbano**

O planejamento urbano é amplamente reconhecido como instrumento central para o desenvolvimento econômico local sustentável. Bulhões *et al.* (2024) ressaltam que cidades com planejamento eficiente tendem a apresentar mercados de trabalho mais dinâmicos, melhor acesso a serviços e maior produtividade, enquanto a expansão urbana desordenada acentua desigualdades e compromete o crescimento de longo prazo.

A literatura em economia urbana destaca os efeitos positivos da densidade sobre a produtividade e a inovação (Duranton e Puga, 2020), ainda que a identificação causal desses efeitos seja desafiadora. Para cidades como o Rio de Janeiro, essas contribuições teóricas reforçam a importância de políticas integradas de uso do solo, transporte, habitação e desenvolvimento econômico, frequentemente implementadas no âmbito municipal, mas dependentes de articulação interfederativa para sua efetividade.

Nesse contexto, na gestão 2021-2024, a então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico (SMDUE) assumiu papel estratégico ao articular políticas de planejamento urbano com iniciativas voltadas à dinamização da atividade produtiva. Ao atuar na promoção de ambientes urbanos mais conectados, na atração de investimentos, no apoio a setores intensivos em conhecimento e na coordenação com políticas de inovação, trabalho e empreendedorismo, essas secretarias contribuem para alinhar o uso do espaço urbano às dinâmicas do mercado de trabalho local. No caso de grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro, a atuação é particularmente relevante para integrar instrumentos de planejamento urbano a estratégias de diversificação produtiva, requalificação territorial e fortalecimento de economias locais, potencializando os ganhos de produtividade associados à densidade urbana e à aglomeração econômica destacados pela literatura.

Iniciativas como o Porto Maravalley, voltado à atração de empresas de tecnologia e economia criativa na região portuária, e o Sandbox.Rio, que cria um ambiente regulatório experimental para inovação, ilustram estratégias de requalificação territorial associadas à diversificação da base econômica local. Esses projetos dialogam com políticas de revitalização urbana, ao estimular a ocupação produtiva de áreas centrais, gerar empregos qualificados e fortalecer ecossistemas de inovação. Ao reduzir barreiras institucionais, fomentar novos modelos de negócio e incentivar a concentração espacial de atividades intensivas em conhecimento, tais iniciativas tendem a produzir efeitos de aglomeração, com impactos positivos sobre produtividade, formalização do trabalho e dinamização do mercado imobiliário e de serviços urbanos.

Em conjunto, essas contribuições teóricas oferecem um arcabouço analítico para a compreensão de políticas municipais de desenvolvimento econômico como estratégias institucionais que operam dentro de limites estruturais mais amplos. Ao articular dimensões como crescimento inclusivo, mercado de trabalho, pequenas e médias empresas e planejamento urbano, a literatura permite analisar de que modo governos locais podem influenciar trajetórias econômicas por meio da coordenação de políticas públicas, da redução de barreiras institucionais e da organização do espaço urbano, ainda que condicionados pelo contexto macroeconômico e pelo pacto federativo. Esse enquadramento orienta a análise das políticas implementadas no município do Rio de Janeiro no período recente, permitindo discutir seus resultados, especificidades e limites à luz das contribuições teóricas aqui apresentadas.

## **3 Fortalecimento da Economia do Rio desde 2021**

O desenvolvimento recente da economia do município do Rio de Janeiro deve ser compreendido à luz da retomada econômica observada no país após a pandemia de Covid-19, bem como das escolhas institucionais e de política pública realizadas

no âmbito local. Nesse contexto, a reeleição do prefeito Eduardo Paes para o seu quarto mandato nas eleições de 2024 ocorreu em um contexto de recuperação econômica da cidade, ainda que essa trajetória tenha sido influenciada tanto por fatores nacionais quanto por iniciativas municipais (Lima; Balassiano, 2025).

Segundo o Indicador de Atividade Econômica do Rio (IAE-Rio), elaborado pela Prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), a economia carioca apresentou crescimento no período recente, com base em indicador desenvolvido para acompanhar a dinâmica econômica local e divulgado mensalmente no Boletim Econômico do Rio (Lima; Balassiano, 2025). No mesmo período, a inflação média do Rio de Janeiro foi inferior à média nacional, segundo o IPCA do IBGE.

No mercado de trabalho, a população ocupada — que engloba trabalhadores formais e informais — atingiu, em 2024, seu maior patamar histórico, com aproximadamente 3,4 milhões de pessoas ocupadas. Isso representou um aumento de mais de 640 mil ocupações em relação a 2020<sup>1</sup>, segundo dados do IBGE. No mesmo intervalo, a taxa de desemprego recuou de 15,0% para 8,0%<sup>2</sup>, uma redução de 7,0 pontos percentuais, o que corresponde a cerca de 210 mil pessoas deixando a condição de desemprego.

Além disso, observa-se redução significativa da vulnerabilidade no mercado de trabalho, categoria que inclui pessoas desalentadas, indisponíveis, desocupadas e subocupadas. Aproximadamente 300 mil<sup>3</sup> cariocas deixaram essa condição entre 2021 e 2024, indicando melhora não apenas nos níveis de ocupação, mas também na qualidade da inserção produtiva (Lima; Balassiano, 2025).

Considerando exclusivamente o emprego formal, dados do CAGED (Ministério do Trabalho e Emprego) indicam a criação de mais de 330 mil postos de trabalho com carteira assinada no município no quadriênio 2021-2024, posicionando o Rio de Janeiro como a segunda capital que mais gerou empregos formais no país, atrás apenas de São Paulo. Esse desempenho contrasta com o observado entre 2017 e 2020, quando o município apresentou saldo líquido negativo superior a 100 mil empregos formais, e aproxima-se dos resultados verificados nos mandatos anteriores do prefeito Eduardo Paes (2009–2016), quando o Rio também foi a segunda capital com maior geração de empregos formais do Brasil.

O conjunto desses indicadores sugere um fortalecimento da atividade econômica e do mercado de trabalho no município no período pós-pandemia. Ainda que parte dessa trajetória esteja associada à recuperação cíclica da economia brasileira e a condições macroeconômicas mais favoráveis em determinados momentos, os resultados observados no Rio indicam a atuação de fatores locais, como políticas de estímulo setorial, iniciativas de simplificação regulatória e programas de apoio à formalização e ao empreendedorismo, coordenados pela SMDE em articulação com outras esferas de governo.

Para o período 2025–2028, correspondente ao novo ciclo de planejamento municipal, a expectativa é de manutenção da trajetória de recuperação, condicionada tanto à continuidade das políticas locais quanto ao ambiente econômico nacional. A análise sugere que a consolidação dos resultados dependerá da capacidade do município de aprofundar reformas institucionais, ampliar a coordenação interfederativa e sustentar políticas voltadas à geração de emprego, à diversificação produtiva e à redução das desigualdades no mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> Diferença entre o quarto trimestre de 2024 e o mesmo período de 2020.

<sup>2</sup> Médias anuais.

<sup>3</sup> 291,7 mil, na diferença entre 2024 (média anual) e 2020 (média anual).

#### **4 Desenvolvimento Econômico do Rio: 2021-2024**

Na gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro no período 2021–2024, os projetos e ações voltados ao desenvolvimento econômico da cidade foram estruturados em torno de quatro vertentes principais: inovação, sustentabilidade, simplificação regulatória e atração de novos negócios. Essas diretrizes orientaram a formulação de políticas públicas municipais em um contexto marcado tanto pelos efeitos da crise sanitária quanto pela necessidade de reposicionar a economia carioca em bases mais diversificadas e resilientes.

Nos últimos anos, o avanço de métodos e tecnologias para a coleta e análise de grandes volumes de dados, aliado à ampliação do acesso público a bases de informação, tem conferido centralidade às políticas públicas baseadas em evidências na condução da ação governamental. Por meio do rigor técnico e do uso de metodologias analíticas apropriadas, busca-se reduzir o espaço da discricionariedade, da intuição e da opinião na tomada de decisões na esfera pública, subsidiando os gestores com informações qualificadas e evidências empíricas. Além de qualificar o processo decisório, essa abordagem contribui para torná-lo mais transparente e comunicável, uma vez que os dados, análises e estudos utilizados são, em geral, abertos e passíveis de escrutínio. Nesse sentido, as políticas públicas implementadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico<sup>4</sup> no quadriênio 2021–2024 foram orientadas pelo uso sistemático de dados e diagnósticos empíricos.

Esse conjunto de iniciativas foi concebido e implementado em um contexto excepcional. A pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil em março de 2020 e se estendeu até parte de 2022, quando o país observou forte declínio nos indicadores de óbitos e contaminações, em grande medida em função do sucesso da campanha de vacinação. Para além das perdas humanas, a crise sanitária agravou desigualdades sociais e aprofundou problemas socioeconômicos preexistentes, impondo desafios adicionais às economias urbanas e aos governos locais. Nesse cenário, a atuação municipal passou a combinar medidas emergenciais de mitigação dos impactos da crise com estratégias de médio e longo prazo voltadas à recuperação econômica, à geração de empregos e à criação de novas vocações produtivas.

É nesse contexto que se inserem os eixos de atuação da política de desenvolvimento econômico municipal no período 2021–2024. A estratégia adotada organizou-se de forma integrada em torno da mitigação dos impactos socioeconômicos da pandemia, do fortalecimento da inovação e da economia do conhecimento, da promoção da sustentabilidade e da transição para uma economia de baixo carbono, da simplificação regulatória e melhoria do ambiente de negócios, da revitalização urbana e do fortalecimento de setores estratégicos.

A Tabela 1 sintetiza as principais iniciativas e programas implementados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Rio de Janeiro no período 2021–2024, segundo os eixos estruturantes

---

<sup>4</sup> Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (SMDEIS), de 2021 até outubro de 2023; e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico (SMDUE), de outubro de 2023 até dezembro de 2024.

Tabela 1: Iniciativas e programas SMDE (2021-2024)

Projeto/ Política Pública	Objetivo Central	Principais Resultados/Impactos
<b>Medidas emergenciais – Covid 19</b>		
Auxílio Empresa Carioca	Apoiar micro e pequenas empresas obrigadas a interromper atividades presenciais	Mais de 5 mil empresas beneficiadas; custo aproximado de R\$ 7 milhões; manutenção de cerca de 18 mil empregos.
Crédito Carioca	Disponibilizar crédito para MPMEs, em parceria com o setor privado	Aproximadamente R\$ 5 milhões em crédito privado; 110 empresas beneficiadas.
Auxílio Ambulante Carnaval de Rua	Compensar perda de renda de ambulantes com cancelamento do Carnaval de rua em 2022	5.440 beneficiários (59% dos aptos); custo total de R\$ 2,7 milhões.
<b>Inovação e tecnologia</b>		
Porto Maravalley / IMPA Tech	Transformar a região portuária em hub de inovação e tecnologia	Formação estimada de 700 alunos em 10 anos; massa salarial potencial de R\$ 220,1 milhões em 10 anos; startups do hub captaram mais de R\$ 150 milhões no primeiro ano.
Web Summit Rio	Atrair grande evento internacional de tecnologia e inovação	Permanência prevista até, pelo menos, 2030; público estimado de aproximadamente 1 milhão (8 edições); impacto econômico potencial de R\$ 1,8 bilhão (8 edições).
Programadores Cariocas	Capacitar jovens em programação e inserir mão de obra no setor de tecnologia	750 jovens formados (2022–2023), sendo 70% negros, 40% de mulheres e aproximadamente metade morador de favela; Cerca de 50% inserção no mercado; muitos alunos optaram também por continuar os estudos na área de programação.
ISS Tech	Incentivar o setor de tecnologia na região portuária via incentivo fiscal	Massa salarial anual estimada de R\$ 62,7 milhões.
Sandbox.Rio	Criar ambiente regulatório experimental para inovação	Testes regulatórios com clientes reais; geração de dados para aprimorar políticas públicas
<b>Economia verde</b>		
ISS Neutro	Estimular o mercado voluntário de crédito de carbono	Redução de ISS (de 5% para 2%); atração de empresas do mercado de carbono; foram neutralizadas aproximadamente 250 mil tCO <sub>2</sub> eq. de projetos de mitigação presentes no território nacional, com um valor total de R\$ 5,5 milhões de crédito tributário.
Plataforma de crédito de carbono (B3/ACX)	Operacionalizar mercado voluntário de carbono no Brasil	plataforma para negociação de créditos de carbono, títulos emitidos para neutralização de gases de efeito estufa, da parceria entre a ACX e a B3

<b>Simplificação regulatória</b>		
Lei da Liberdade Econômica	Facilitar abertura e operação de empresas	Impacto potencial: R\$ 3,8 mil no PIB per capita anual (10 anos); 130 mil empregos
LICIN – Licenciamento Integrado	Reduzir tempo de análise de licenças	Prazo médio reduzido de aproximadamente 9 meses para cerca de 30 dias
Digitalização dos processos	Migrar licenciamento urbanístico e ambiental para meio digital	100% dos novos processos digitais; fim dos processos físicos em jan/2022
<b>Revitalização do Centro</b>		
Reviver Centro	Atrair moradores e reocupar imóveis ociosos no Centro	Requalificação urbana integrada (habitação, mobilidade e espaço público)
Reviver Cultural	Atrair atividades culturais para a área central	43 contratos assinados de projetos aprovados;
Rua da Cerveja / Reviver Rua da Carioca	Criar polo turístico, cultural e gastronômico	Potencial de 500 empregos; massa salarial (quatro anos) de R\$ 41,8 milhões; impacto econômico de R\$ 222 milhões em quatro anos
<b>Infraestrutura e logística</b>		
Coordenação do Setor Aeroportuário	Fortalecer papel estratégico do setor aeroportuário	Impacto potencial no RJ: R\$ 50,6 bilhões no PIB do ERJ e mais de 684 mil empregos (10 anos)
<b>Setor financeiro</b>		
Nova Bolsa de Valores (BASE / ATG)	Reposicionar o Rio como hub financeiro nacional	Lei 8.467/2024; redução de ISS para 2%; bolsa e clearing sediadas no Rio
<b>Setor financeiro</b>		
Distrito Industrial de Santa Cruz	Melhorar infraestrutura do maior polo industrial do município	Obras de pavimentação e drenagem em área estratégica

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro

No contexto da crise sanitária, um primeiro eixo concentrou-se na mitigação dos impactos socioeconômicos da pandemia sobre empresas e trabalhadores, especialmente nos momentos de maior restrição à atividade presencial. As iniciativas adotadas buscaram preservar a capacidade produtiva local, evitar o fechamento definitivo de pequenos negócios e reduzir perdas de postos de trabalho, por meio de instrumentos de apoio financeiro direto, crédito e compensação temporária de renda. Programas como o Auxílio Empresa Carioca, o Crédito Carioca e o Auxílio Ambulante Carnaval de Rua exemplificam essa atuação emergencial, que alcançou aproximadamente 70 mil cariocas e contribuiu para a manutenção de empresas, empregos e renda no período mais agudo da crise.

Um segundo eixo estruturante da política municipal foi o fortalecimento da inovação, da economia do conhecimento e da atração de atividades intensivas em tecnologia, sintetizado na estratégia “Rio: Capital da Inovação”. Essa agenda combinou investimentos em infraestrutura física e institucional, formação de capital humano e promoção de ecossistemas de inovação. Iniciativas como o Porto Maravalley, articulado à implantação do *IMPA Tech*, a atração de eventos internacionais de tecnologia, como o *Web Summit Rio*, e programas de qualificação profissional voltados ao setor, como o *Programadores Cariocas*, refletem essa orientação. De forma complementar, instrumentos regulatórios e fiscais, como o *ISS Tech* e o *Sandbox.Rio*, buscaram reduzir barreiras à inovação, testar novos modelos de negócio e criar um ambiente institucional mais receptivo às transformações tecnológicas.

A política de desenvolvimento econômico também incorporou, de forma transversal, a agenda de sustentabilidade e transição para uma economia de baixo carbono, alinhada ao protagonismo histórico do Rio de Janeiro no debate climático. Esse eixo buscou simultaneamente estimular novos mercados, atrair empresas inovadoras e incentivar práticas produtivas mais sustentáveis. A criação do ISS Neutro, com incentivos fiscais voltados ao mercado voluntário de crédito de carbono, e a atração de plataformas de negociação desse tipo de ativo para a cidade exemplificam a tentativa de posicionar o Rio como polo emergente da economia verde, articulando desenvolvimento econômico e mitigação das mudanças climáticas.

Outro eixo central da estratégia municipal foi a simplificação regulatória e a redução da burocracia como instrumentos de estímulo ao empreendedorismo, à formalização e à geração de empregos. A adoção da Lei da Liberdade Econômica, a implementação do Licenciamento Integrado (LICIN) e a digitalização integral dos processos de licenciamento urbanístico e ambiental visaram tornar o ambiente de negócios mais previsível, transparente e eficiente. Essas medidas buscaram reduzir custos de transação, acelerar investimentos privados e ampliar a atratividade da cidade para novos empreendimentos, com impactos potenciais relevantes sobre o crescimento econômico e o mercado de trabalho.

A requalificação do território urbano, em especial da área central da cidade, constituiu outro eixo relevante da política de desenvolvimento econômico. A estratégia de revitalização do Centro do Rio articulou políticas urbanísticas, culturais e econômicas, com o objetivo de atrair moradores, atividades produtivas e investimentos para uma região dotada de ampla infraestrutura, mas marcada por décadas de esvaziamento. Programas como o Reviver Centro, o Reviver Cultural e a Reviver Rua da Carioca ilustram essa abordagem, que busca ativar o espaço urbano por meio da cultura, do turismo, da economia criativa e da ocupação produtiva de edificações históricas, gerando efeitos positivos sobre emprego, renda e dinamismo econômico local.

Por fim, a política municipal contemplou ações estruturais voltadas a setores considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico de longo prazo. A coordenação do setor aeroportuário, reconhecido como vetor fundamental para a inserção do Rio de Janeiro em fluxos nacionais e internacionais de pessoas e negócios, e as intervenções no Distrito Industrial de Santa Cruz, principal polo industrial do município, refletem essa preocupação com infraestrutura, logística e competitividade produtiva. Soma-se a esse eixo a articulação institucional para a instalação de uma nova bolsa de valores no Brasil, sediada no Rio de Janeiro, com o objetivo de reposicionar a cidade no sistema financeiro nacional e ampliar sua capacidade de atração de investimentos.

Em conjunto, os eixos de atuação adotados entre 2021 e 2024 revelam uma estratégia de desenvolvimento econômico baseada na combinação de respostas emergenciais, reformas institucionais e projetos estruturantes, articulando inovação, sustentabilidade, simplificação regulatória e requalificação territorial. Ao operar em múltiplas frentes, a política municipal buscou não apenas mitigar os efeitos da crise recente, mas também criar condições para uma trajetória de crescimento mais diversificada, resiliente e inclusiva no médio e longo prazo.

## **5 Desenvolvimento Econômico no Rio: Planejamento Estratégico 2025-2028**

A Prefeitura do Rio de Janeiro apresentou o Plano Estratégico 2025–2028, intitulado “Rio Legado e Futuro”, em 2 de agosto de 2025, durante reunião do Conselho da Cidade. O plano estabelece 88 metas e 134 projetos, organizados em 30 iniciativas estratégicas que orientam a atuação do governo municipal ao longo do quadriênio. Trata-se de um instrumento central de planejamento, que busca dar continuidade às estratégias de desenvolvimento econômico e social adotadas nos

anos anteriores, ao mesmo tempo em que incorpora novos desafios e oportunidades.

No âmbito desse plano, a iniciativa “Futuro, Economia e Felicidade” estrutura-se em quatro grandes temas — Economia e Inovação, Turismo, Capital Humano e Empregabilidade, e Cultura — que orientam a formulação das iniciativas, metas e projetos associados a esse eixo temático. As diretrizes gerais da iniciativa incluem o estímulo ao desenvolvimento econômico com foco em inovação, transição digital e geração de empregos; a consolidação do Rio de Janeiro como destino de turismo nacional e internacional, por meio da atração de grandes eventos, da valorização da cultura local e da dinamização econômica dos territórios; a integração da oferta de oportunidades de qualificação profissional, ampliando o acesso da população e melhorando os resultados de empregabilidade; o fortalecimento do acesso à cultura, reconhecendo seu papel no bem-estar, na economia criativa e na identidade da cidade; e a valorização da construção civil como vetor de desenvolvimento urbano, geração de empregos e fortalecimento da economia local.

Essas diretrizes se materializam em 16 metas específicas, que combinam objetivos de crescimento econômico, geração de empregos, diversificação produtiva e fortalecimento dos setores cultural e turístico. No campo da atividade econômica e do mercado de trabalho, o plano estabelece como metas o aumento de 10% do nível de atividade econômica do município, medido pelo IAE-Rio, no acumulado de 2025 a 2028, e a geração de 35 mil novos postos de trabalho formais no setor da construção civil até 2028, por meio do estímulo a obras públicas e privadas. Ainda nesse eixo, destaca-se a meta de iniciar, até 2026, a operação da nova bolsa de valores do Brasil, sediada no Rio de Janeiro, bem como a implementação do programa Hub Favela Empreendedora até 2028, voltado ao apoio e à capacitação de empreendedores em favelas e comunidades da cidade. Soma-se a essas iniciativas o objetivo de alcançar 1 gigawatt (GW) de capacidade instalada operacional de data centers no município até 2028, reforçando a estratégia de atração de atividades intensivas em tecnologia.

No setor de turismo e economia criativa, o plano prevê o aumento de 15% no número de turistas nacionais e internacionais que visitam a cidade até 2028, a atração de pelo menos oito novos megaeventos com público estimado igual ou superior a 50 mil participantes cada, e a ampliação anual de, no mínimo, 10% no número de passageiros de voos nacionais e internacionais no Aeroporto Internacional do Galeão, fortalecendo o posicionamento do Rio de Janeiro como destino turístico global. Incluem-se ainda metas relacionadas à ampliação em 30% do volume de diárias de filmagem autorizadas na cidade, inclusive para grandes produções estrangeiras, e à criação da Semana de Artes Carioca, com público estimado superior a 600 mil pessoas até 2028, além da constituição de uma rede complementar de espaços culturais, com pelo menos 100 equipamentos credenciados no mesmo período.

No eixo de capital humano, inclusão e empregabilidade, o plano estabelece metas voltadas à qualificação profissional e à redução da vulnerabilidade socioeconômica. Entre elas, destacam-se a criação de uma plataforma digital integrada para gerenciamento, inscrições e informações sobre formação profissional, emprego e geração de renda; a capacitação de 15 mil pessoas com deficiência (PCDs) e de seus familiares por meio de programas de qualificação profissional e empreendedorismo; e a formação de 12 mil jovens líderes até 2028. Complementam esse conjunto de ações a implantação do Parque Terra Prometida, em Santa Cruz, até 2028, e a contratação do projeto executivo da Biblioteca do Saber em 2025, com lançamento previsto para 2026.

Em conjunto, as metas e diretrizes da iniciativa “Futuro, Economia e Felicidade” evidenciam uma estratégia de desenvolvimento econômico orientada pela articulação entre crescimento, inovação, inclusão social e valorização dos ativos culturais e territoriais da cidade. Ao combinar objetivos de curto e médio prazo com investimentos estruturantes, o Plano Estratégico 2025–2028 busca consolidar os

avanços observados no período pós-pandemia e ampliar a capacidade do município de sustentar trajetórias de desenvolvimento econômico mais diversificadas e inclusivas.

Dentre os projetos estratégicos associados ao planejamento econômico do município, destacam-se duas iniciativas voltadas ao reposicionamento do Rio de Janeiro em setores intensivos em capital, conhecimento e inovação: o fortalecimento do setor financeiro carioca e o desenvolvimento da chamada *Rio AI City*.

No que se refere ao setor financeiro, o Rio de Janeiro perdeu, ao longo das últimas décadas, parte significativa de sua centralidade institucional e simbólica no ecossistema financeiro nacional. A transferência de sedes corporativas, operações e fluxos de investimento para outras cidades — especialmente São Paulo — reduziu a presença do setor no território carioca e enfraqueceu a imagem da cidade como polo estratégico de decisão econômica. Nesse contexto, a instalação de uma nova bolsa de valores do Brasil, sediada no Rio de Janeiro, representa uma oportunidade histórica de reposicionamento institucional e produtivo. Embora a Prefeitura não detenha governança direta sobre esse empreendimento, seu papel como articuladora política, promotora institucional e indutora econômica é central. O projeto estrutura a atuação do poder público municipal no sentido de ampliar a capacidade da cidade de atrair investimentos estratégicos, impulsionar a inovação financeira e fomentar novas vocações econômicas urbanas. Entre as frentes de atuação previstas estão a articulação com reguladores nacionais, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central (BCB), o estabelecimento de parcerias com entidades representativas do setor financeiro, como a ANBIMA e associações de gestores, a construção de um ambiente institucional favorável por meio de incentivos específicos e a promoção de uma agenda de eventos e ações de posicionamento nacional e internacional do Rio de Janeiro como hub financeiro. Adicionalmente, está prevista a implantação de um sistema de monitoramento dos impactos econômicos da iniciativa, com o objetivo de acompanhar seus efeitos sobre investimento, emprego e dinamismo produtivo.

De forma complementar, o projeto *Rio AI City* insere-se na estratégia mais ampla de consolidação do Rio de Janeiro como capital da inovação da América Latina. Diante da rápida difusão de tecnologias baseadas em inteligência artificial, os data centers tornam-se infraestruturas críticas para a competitividade econômica em escala global. Estimativas recentes do banco de investimentos Goldman Sachs, divulgadas em 2024, indicam que a demanda por energia elétrica associada a data centers poderá crescer cerca de 160% até 2030, impulsionada pela expansão das aplicações de inteligência artificial. Nesse cenário, o projeto busca fortalecer o ecossistema de inovação urbana por meio de políticas públicas e iniciativas colaborativas que integrem governo, academia, setor privado e sociedade civil. O objetivo é criar condições institucionais, regulatórias e infraestruturais para a atração e instalação de data centers no município, posicionando o Rio de Janeiro como o maior hub desse tipo de infraestrutura na América Latina e um dos dez maiores do mundo. Ao articular inovação tecnológica, planejamento urbano e desenvolvimento econômico, a iniciativa pretende ampliar a diversificação produtiva da cidade e reforçar sua inserção em cadeias globais intensivas em conhecimento.

## **6 Conclusão**

Do ponto de vista da literatura de desenvolvimento econômico, a experiência recente do município do Rio de Janeiro dialoga com diferentes tradições analíticas. A centralidade atribuída à inovação e ao empreendedorismo aproxima-se da tradição schumpeteriana (Schumpeter, 1984; 1985), enquanto a integração entre políticas urbanas, requalificação territorial e dinamismo econômico converge com a economia urbana, que enfatiza os ganhos associados à aglomeração e à densidade (Duranton e Puga, 2020). Adicionalmente, o foco na simplificação regulatória e na previsibilidade institucional alinha-se à literatura institucionalista, que destaca o

papel das instituições na criação de incentivos ao investimento, à inovação e ao crescimento sustentável (North, 1991; Acemoglu e Robinson, 2012).

O ciclo 2021–2024 marcou uma etapa de reorganização e modernização das políticas de desenvolvimento econômico do município do Rio de Janeiro. Diante dos efeitos da pandemia, a Prefeitura concentrou esforços em medidas de apoio às empresas e trabalhadores e na criação de bases para um ambiente de negócios mais dinâmico e inovador. Programas como o Auxílio Empresa Carioca, o Crédito Carioca e o Auxílio Ambulante voltaram-se ao apoio emergencial a empreendedores e microempresas. Paralelamente, iniciativas como o Porto Maravalley, o *ISS Tech*, o Programadores Cariocas e o *Web Summit Rio* impulsionaram a agenda de inovação e tecnologia. Projetos estruturantes, como o Reviver Centro e o ISS Neutro, integraram requalificação urbana e sustentabilidade às políticas de desenvolvimento local.

À luz da literatura discutida, esse conjunto de políticas pode ser interpretado como uma estratégia relativamente coerente com os referenciais teóricos discutidos. Sob a perspectiva schumpeteriana, as iniciativas voltadas à inovação, ao empreendedorismo e à atração de setores intensivos em tecnologia indicam uma tentativa de estimular a diversificação produtiva e a introdução de novas atividades econômicas. Pela ótica da economia urbana, as políticas de requalificação territorial e revitalização do centro buscam explorar economias de aglomeração e dinamizar o uso produtivo do espaço urbano. Já no plano institucional, as medidas de simplificação regulatória e melhoria do ambiente de negócios dialogam com a literatura que enfatiza a redução de custos de transação e o fortalecimento de incentivos ao investimento. No entanto, a evidência apresentada sugere que tais iniciativas ainda enfrentam desafios no que se refere à ampliação de seus efeitos sobre o conjunto da estrutura produtiva e à promoção de um crescimento mais inclusivo, especialmente em um contexto marcado por desigualdades territoriais e heterogeneidade no mercado de trabalho.

Essas ações se somaram à modernização institucional e regulatória, com destaque para a Lei da Liberdade Econômica, o LICIN e a ampliação da digitalização de processos, que contribuíram para reduzir barreiras e simplificar o licenciamento de atividades econômicas. A atuação em territórios estratégicos, como o Distrito Industrial de Santa Cruz e a área central da cidade, buscou descentralizar oportunidades e fortalecer polos produtivos já consolidados.

O novo Plano Estratégico 2025–2028 – “Rio Legado e Futuro” amplia essa trajetória, com 88 metas e 134 projetos voltados à promoção do desenvolvimento econômico sustentável, à geração de empregos e à inclusão produtiva. O eixo “Futuro, Economia e Felicidade” reafirma o compromisso da cidade com a inovação, a economia criativa e a qualificação profissional, além de priorizar a atração de investimentos em setores tecnológicos e de serviços. Entre os projetos de destaque estão o Setor Financeiro Carioca, que busca reposicionar o Rio como centro de intermediação financeira, e o *Rio AI City*, voltado à consolidação de um ecossistema de inteligência artificial e data centers.

A continuidade entre as ações de 2021–2024 e o planejamento de 2025–2028 expressa uma estratégia de longo prazo, centrada em inovação, diversificação produtiva e sustentabilidade. Ao articular políticas de apoio ao empreendedorismo, simplificação regulatória e incentivo a novas tecnologias, o município avança na construção de uma economia urbana mais integrada, inclusiva e preparada para os desafios do futuro. Em síntese, o caso do Rio de Janeiro evidencia que políticas municipais podem desempenhar papel relevante na indução do desenvolvimento econômico local, ao organizar e potencializar dinâmicas produtivas existentes. Ao mesmo tempo, reforça que seus resultados dependem da interação com condicionantes estruturais mais amplos e da capacidade de sustentar, ao longo do tempo, estratégias integradas que articulem inovação, ambiente institucional e inclusão econômica.

## Referências

- ABEL, J.; DEY, I.; GABE, T. Productivity and the density of human capital. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 4, p. 562–586, 2012. DOI: 10.1111/j.1467-9787.2011.00742.x
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Por que as nações fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R.. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 405–419, jul. 2011. DOI: 10.1590/S0101-66282011000300002
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AYYAGARI, Meghana; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; MAKSIMOVIC, Vojislav. **Small vs. young firms across the world: contribution to employment, job creation, and growth**. World Bank Policy Research Working Paper, n. 5631. Washington, DC: World Bank, 2011.
- AYYAGARI, Meghana; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; MAKSIMOVIC, Vojislav. Who creates jobs in developing countries?. **Small Business Economics**, v. 43, n. 1, p. 75–99, 2014.
- BANERJEE, Abhijit; KARLAN, Dean; ZINMAN, Jonathan. Six randomized evaluations of microcredit. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 7, n. 1, p. 1–21, 2015.
- BECATTINI, Giacomo. The Marshallian industrial district as a socio-economic notion. In: PYKE, Frank; BECATTINI, Giacomo; SENGENDERGER, Werner (org.). **Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy**. Geneva: International Labour Organization, 1990.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BULHÕES, Chicão *et al.* **Cidade em ordem, economia em crescimento**. Blog do Ibre/FGV. 2024. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/cidade-em-ordem-economia-em-crescimento>
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARNEIRO, Pedro; HECKMAN, James J. Human capital policy. In: HECKMAN, James J.; KRUEGER, Alan (org.). **Inequality in America**. Cambridge: MIT Press, 2003.
- CHONG, Alberto; GRADSTEIN, Mark. Inequality and institutions. **The Review of Economics and Statistics**, v. 89, n. 3, p. 454–465, 2007.
- COLLIER, Paul *et al.* **Economics meets urban planning**. International Growth Centre, 2023. Disponível em: <https://www.theigc.org/publications/economics-meets-urban-planning-developing-effective-land-use-plans-fast-growing-cities>
- CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; FOGUEL, Miguel Nathan; TOMELIN, Leon Faceira. Uma avaliação de impacto de um programa de qualificação profissional na empresa sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho formal. **Economia Aplicada**, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 1, p. 161–184, 2019. DOI: 10.11606/1980-5330/ea141238.
- DABLA-NORRIS, Era; GRADSTEIN, Mark; INCHAUSTE, Gabriela. What causes firms to hide output? The determinants of informality. **Journal of Development Economics**, v. 85, n. 1–2, p. 1–27, 2008.

- DABLA-NORRIS, E., GANELLI, G., & NGUYEN, A. T. N. "Role of Individual Characteristics and Policies in Driving Labor Informality in Vietnam." IMF Working Paper, v. 273, 2020. Disponível em: <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/001/2020/273/001.2020.issue-273-en.xml>
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DURANTON, Gilles; PUGA, Diego. The economics of urban density. **Journal of Economic Perspectives**, v. 34, n. 3, p. 3–26, 2020.
- FONSECA, Julia; MATRAY, Adrien. Financial inclusion, economic development, and inequality: Evidence from Brazil. **Journal of Financial Economics**, v. 156, 103854. (2024). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304405X24000771>
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Fiscal policy and development. Washington, DC: IMF, 2017.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (Org.). **Fostering inclusive growth**. G20 Notes. Washington, DC: IMF, 2017. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/g20/pdf/2017/062617.pdf>
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- GLAESER, Edward L. **Triumph of the city**: how our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier, and happier. New York: Penguin Press, 2011.
- GOLDMAN SACHS. **AI is poised to drive 160% increase in data center power demand**. Goldman Sachs, 2024. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/articles/AI-poised-to-drive-160-increase-in-power-demand>
- GRIGOLI, Francesco; KAPSOLI, Joseph. Waste not, want not: the efficiency of health and education spending in emerging and developing economies. IMF Working Paper, n. WP/18/63. Washington, DC: International Monetary Fund, 2013.
- GRIGOLI, F.; PAREDES, E.; BELLA, G. D. Inequality and Growth: A Heterogeneous Approach. **IMF Working Paper**, [s.n.]. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2016/wp16244.pdf>
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HECKMAN, James J.; MASTEROV, Dimitriy V. The productivity argument for investing in young children. **Review of Agricultural Economics**, v. 29, n. 3, p. 446–493, 2007.
- LIMA, Osmar; BALASSIANO, Marcel. Fortalecimento da Economia do Rio desde 2021. **Cidade iNova**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, 2025. Disponível em: [https://fjg.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/37/2025/03/Revista-Cidade-iNova\\_Ed.-23.pdf](https://fjg.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/37/2025/03/Revista-Cidade-iNova_Ed.-23.pdf). Acesso em: 27 abr. 2026.
- JACOBS, Jane. **The economy of cities**. New York: Random House, 1969.
- LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei. Informality and development. **Journal of Economic Perspectives**, v. 28, n. 3, p. 109–126, 2014.
- NERI, Marcelo Côrtes. **A escalada da desigualdade**: Qual foi o impacto da crise sobre distribuição de renda e pobreza?. Rio de Janeiro: FGV Social, 2019.
- NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97–112, 1991.
- PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. São Paulo: Bial, 1986.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro (SMDE) (2025). Atividade Econômica do Rio (2021-2024). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, **Estudos Especiais**. Disponível em:

[https://observatorioeconomico.rio/wp-content/uploads/sites/5/2025/03/Estudo\\_Atividade\\_Economico\\_Rio.pdf](https://observatorioeconomico.rio/wp-content/uploads/sites/5/2025/03/Estudo_Atividade_Economico_Rio.pdf)

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

WORLD BANK. Improving access to finance for SMEs: opportunities through credit reporting, secured lending and insolvency practices. Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/316871533711048308/pdf/129283-WP-PUBLIC-improving-access-to-finance-for-SMEs.pdf>

WORLD BANK. **World Development Report: the changing nature of work**. Washington, DC: World Bank, 2019.

## **Sobre os Autores**

Osmar Carneiro Guimarães de Lima é Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro. Engenheiro de Produção e Mestre em Engenharia de Produção pela UFRJ, CFA Charterholder e funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) há 16 anos.

Marcel Grillo Balassiano é Subsecretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Rio de Janeiro (SMDE/SUBDEI) e pesquisador-licenciado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE). Doutorando (FGV CPDOC), mestre em Economia Empresarial e Finanças (FGV EPGE), mestre em Administração (FGV EBAPE) e bacharel em Economia (FGV EPGE).

Carina de Castro Quirino é Subsecretária Municipal de Regulação e Ambiente de Negócios do Rio de Janeiro (SMDE/SUBRAN), Co-Fundadora e Pesquisadora na UERJ Reg. Doutora em Direito Público (UERJ), mestre em Direito (UFRJ) e graduada em Direito (UGF).

Márcio Menezes Lopes é Arquiteto e urbanista da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desde 2002. Atualmente, é Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE). Pós-graduado em Gestão de Projetos pela FGV, atua na área de planejamento e na condução de projetos estratégicos voltados ao desenvolvimento da cidade.

## **Contribuições dos Autores**

Conceituação [O.C.G.L, M.G.B, C.C.Q, M.M.L], metodologia [M.G.B], validação [O.C.G.L, M.G.B, C.C.Q, M.M.L], análise formal [M.G.B], investigação [M.G.B], recursos [O.C.G.L, M.G.B, C.C.Q, M.M.L], curadoria de dados [M.G.B], redação—preparação do rascunho original [O.C.G.L, M.G.B, C.C.Q, M.M.L], redação—revisão e edição, visualização [M.G.B]. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

## **Agradecimentos**

Os autores agradecem a contribuição com comentários e sugestões de Maíra França, Perla Rocha, Janaína Salles e Nathália Leite.

## **Conflitos de Interesse**

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

## **Sobre a Coleção Estudos Cariocas**

A Coleção Estudos Cariocas (ISSN 1984-7203) é uma publicação de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, vinculada ao Instituto Pereira Passos (IPP) da Secretaria Municipal da Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Seu objetivo é divulgar a produção técnico-científica sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro, bem como sua vinculação metropolitana e em contextos regionais, nacionais e internacionais. Está aberta a quaisquer pesquisadores (sejam eles servidores municipais ou não), abrangendo áreas diversas - sempre que atendam, parcial ou integralmente, o recorte espacial da cidade do Rio de Janeiro.

Os artigos também necessitam guardar coerência com os objetivos do Instituto, a saber:

1. Promover e coordenar a intervenção pública sobre o espaço urbano do Município;
2. Prover e integrar as atividades do sistema de informações geográficas, cartográficas, monográficas e dados estatísticos da Cidade;
3. Subsidiar a fixação das diretrizes básicas ao desenvolvimento socioeconômico do Município.

Especial ênfase será dada no tocante à articulação dos artigos à proposta de desenvolvimento econômico da cidade. Desse modo, espera-se que os artigos multidisciplinares submetidos à revista respondam às necessidades de desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro.